

## FACTOR ECOLÓGICO E HEGEMONIA POLÍTICA: QUESTÕES EM TORNO DA MADEIRA (SÉCULOS XVIII-XIX) (\*)

1. As regiões de montanha têm despertado desde há muito o interesse dos investigadores, nomeadamente no que respeita o estudo dos sistemas sociais a elas associados. Os resultados e as conclusões obtidos fornecem bases para comparações a diversos níveis. Na presente comunicação irei deter-me num aspecto relacionado com a diversidade das formas de apropriação da Natureza.

O meu propósito é proceder ao tratamento de materiais referentes à ilha da Madeira, de forma a destacar alguns dos elementos determinantes no funcionamento do quadro de aplicação e de gestão dos recursos explorados numa fase histórica concreta. Nesse âmbito, pretendo demonstrar como a organização ecológica da ilha obedecia a uma estratégia de ordem social, daí resultando um sistema de controlo político abrangendo a sociedade insular no seu todo.

2. Em trabalho anterior (Branco 1987), tentei esboçar os fundamentos da apropriação diferenciada do espaço nas duas ilhas do arquipélago, recorrendo à análise pormenorizada dos seus elementos contrastantes. A obtenção do quadro real que pautava a organização da produção agrícola permitiu propôr uma explicação para as transformações profundas verificadas no aproveitamento dos principais elementos ecológicos. Este conjunto de alterações deu origem a um novo quadro social, que denominei *viragem ecológica* na ilha da Madeira.

Na abordagem desenvolvida predominavam os elementos da chamada cultura material, perspectivados através de algumas das vertentes susceptíveis de leitura, tais como as regras de utilização do equipamento agrícola e o

---

(\*) Comunicação apresentada ao II Colóquio Internacional de História da Madeira (Funchal, 18-23 Setembro 1989). O presente texto constitui parte de um trabalho elaborado no âmbito do Seminário 'Terrenos Portugueses', organizado pelo Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE) em 1988-89.

próprio processo produtivo na sua globalidade. Ao considerá-los sectores estruturantes do quotidiano camponês, tornou-se possível deles extrair partes integrantes de uma lógica presente na Sociedade. Por isso, apresentei a realidade insular numa perspectiva, que me pareceu ser a do campesinato. O conjunto das conclusões tiradas pode ser entendido como uma contribuição para as teorias produzidas em torno das sociedades camponesas. Uma das principais consequências deste enfoque é, sem dúvida, o modesto destaque concedido ao papel desempenhado por outros grupos sociais. Refiro-me a problemas tão importantes, como por exemplo, a participação no poder institucional ou o exercício da hegemonia política.

3. Na medida em que a unidade de análise definida coincide com a ilha, destacam-se de imediato os dados específicos da sua configuração geográfica. Retenhamos, neste momento, dois: a porção montanhosa compacta e a influência da altitude. Além disso, convém ter presente o facto de a distribuição da população pelo território insular ter sido sempre bastante irregular, concentrando-se a maioria dos habitantes nas zonas mais baixas e próximas do litoral.

Em finais do século XVIII, a apropriação do ambiente natural traduzia um envolvimento da maioria dos recursos naturais explorados, no sentido de permitir o seu máximo aproveitamento em função de uma produção: os mostos susceptíveis de serem transformados em vinhos generosos.

Uma circunstanciada tomada de posição dos membros do Município do Funchal, redigida em Julho de 1759 (cf. Arquivo Histórico Ultramarino, colecção Madeira, n.º 173), facultou-nos informação suficiente para estabelecer uma base de argumentação.

Ao governador é exposto o modo como a paisagem da ilha deverá continuar a ser salvaguardada, a fim de ser mantido um equilíbrio entre o controlo da erosão, a ameaça de desertificação nos terrenos de altitude e a consequente diminuição gradual da fertilidade dos solos.

Aos membros da Câmara Municipal afigurava-se descabido, pretender aumentar a área cultivada, pois este propósito implicaria cultivar esses terrenos de encosta.

Um tal procedimento significaria fazer lavras, expondo as terras a maior acção erosiva, dado o seu grau de inclinação. Seria difícil estabelecer um compromisso aceitável entre a manutenção anual das novas culturas agrícolas, o removimento regular do solo e a necessidade premente de não secar as nascentes de água.

Destes actos resumidos podemos tirar algumas conclusões sobre a apropriação diferenciada da Natureza, que caracterizava a ilha da Madeira naquela época.

Era do interesse do grupo social dominante manter cultivada uma porção da área insular, ficando por isso, um conjunto de terras situadas a maior altitude incultas. Predominava a superfície agricolamente desaproveitada. Esta estratégia inseria-se numa dupla lógica.

Ao manter terrenos incultos, pretendia-se criar uma zona de protecção aos terrenos mais baixos e litorais. Criava-se assim uma faixa de altitude, onde a vegetação composta por pequenos arbustos e rasteira (lauráceas, urzes, giesta, etc.) servia de amparo ao solo que, dado o declive e a acção das chuvas, tendia a ser lavado e arrastado para o mar. A observação desta regra de protecção beneficiava as terras então sujeitas a exploração agrícola, maioritariamente vinhas.

Tendo em conta as preocupações manifestadas pelo governador da ilha, pode-se deduzir, que a expansão das terras cultivadas posta a debate, se destinava a inereamentar a produção de cereal, um bem de primeira necessidade para a subsistência da maioria da população. Ele era no entanto escasso, por isso objecto de importações maciças.

A posição assumida pelos subscritores do documento referido não traduz só a sua vontade de ver preservados os parâmetros ecológicos essenciais à manutenção de um quadro determinado de produção agrícola. Da argumentação apresentada por escrito, transparece ainda uma outra lógica, de conteúdo político. A manutenção das vinhas ia ao encontro dos interesses dos grandes proprietários fundiários, titulares de vínculos.

A situação exposta é complexa, e importante para equacionar um conjunto de questões. Contudo, podemos desde já entrever os elementos básicos, essenciais ao para o esboço de um quadro de apropriação do ambiente, válido para a maior parte da superfície da ilha.

Apercebemo-nos de uma divisão rudimentar, mas global, porque feita em função do aproveitamento e da manutenção de uma produção agrícola. Podemos acrescentar outro dado, de fácil recolha na abundante literatura de viagens produzida pelos inúmeros forasteiros, e que atesta a existência de um clima com características subtropicais em muitos locais à beira-mar. Assim, dispomos dos elementos suficientes para poder distinguir três *andares de vegetação*:

a) um ao longo da faixa litoral (sobretudo na costa sul), sem significativas oscilações de temperatura ao longo do ano, onde se via em pequena escala vegetação conotada com as regiões tropicais;

b) um segundo compreendendo uma faixa mais larga, também em redor de toda a ilha, onde se faziam sentir as quatro estações do ano — em termos mediterrâneos —, a área preferencial das vinhas, mas igualmente adequada à produção de cereal;

c) um terceiro andar, de altitude, não sujeito a actividade agrícola regular, onde pouco arvoredos e muita vegetação rasteira exerciam uma função de tampão para os dois andares anteriores e mais baixos.

4. Aos andares de vegetação não correspondia uma distribuição rigorosa dos produtos agrícolas cultivados. As vinhas penetravam pelo andar subtropical, tornando-o subaproveitado relativamente ao seu potencial ecológico. Em consequência disto, pode-se afirmar que, da constelação de interesses sociais em jogo, resultava uma forma de apropriação da Natureza insular,

moldada para responder da melhor forma às condições agronómicas requeridas pela videira. Três andares de vegetação, diferentes na sua estrutura ecológica, eram orientados no sentido de garantirem as melhores condições para o amanhã das vinhas. As videiras madeirenses eram, por conseguinte, o alvo de precauções múltiplas. Para resguardar os respectivos terrenos da acção erosiva provocada principalmente pelas águas pluviais, mantinham-se vastas áreas incultas a maior altitude; e, a fim de assegurar uma boa exposição solar, a mancha de aproveitamento vitícola invadia a zona mais quente, situada no litoral. Não se entrevê neste quadro uma preocupação em termos de diversificação. A verificar-se, iria contra os interesses ligados ao único bem de exportação da ilha. É neste contexto que deve ser interpretada a negligência em explorar e valorizar outros recursos naturais. A profusão de nascentes de água localizadas, regra geral, a relativa altitude, constituía neste contexto um capital conhecido, mas neutralizado.

O regime de sequeiro foi uma opção assumida, que evidencia uma forma de manipulação social dos elementos ecológicos.

5. Feito o esboço do aproveitamento ecológico real, ou seja, da situação resultante dum jogo de interesses a nível das relações sociais, e que se perpetuaria duma maneira geral até meados do século XIX, podemos tirar algumas conclusões. Em primeiro lugar, verifica-se como os destinos da sociedade insular eram ditados pelas exigências da aristocracia vinhateira, porque simultaneamente detentora da terra, por meio dos vínculos. Segundo, que o conjunto de regras para o ordenamento ecológico defendido no documento, e transposto para a prática através do quadro de organização da produção agrícola, revela a capacidade de uma minoria impôr à Sociedade os seus interesses, como os mais consensuais com as necessidades dos restantes grupos sociais. Contudo, e perante esta realidade, outras questões devem ser levantadas. Mantendo a linha de argumentação que venho desenvolvendo, gostaria de levantar o problema do poder político, tal como ele transparece na apropriação ecológica da ilha da Madeira.

6. As estratégias sociais, desenvolvidas em diferentes contextos históricos e culturais, para adquirir ou manter o controlo político, têm constituído o objecto preferencial de análise para muitos autores. Inúmeros estudos e ensaios procedem a tentativas comparativas, no intuito de aprofundar os conhecimentos teóricos sobre os sistemas sociais.

O material aqui em discussão a propósito da Madeira parece-me ter a consistência necessária para permitir uma reflexão inspirada no modelo conhecido por *control vertical de un máximo de pisos ecológicos*, elaborado por John Murra (1975). Através dele este autor tenta explicar e avaliar a importância do factor ecológico no desenvolvimento das civilizações andinas.

Não pretendo agora explorar todos os elementos contidos neste modelo e deduzidos a partir de uma vasta área sem afinidades culturais com a Madeira. O meu propósito é chamar a atenção para o papel desempenhado pela aris-

toocracia fundiária madeirense, tendo principalmente em conta o eixo estruturante do poder que constituía a instituição do Morgadio. A capacidade deste reduzido grupo de pessoas em intervir decisivamente na vida económica e social da ilha, assentava formalmente no acto de deter a maioria da terra.

O seu total empenhamento na organização da produção de um bem alimentar, mas não de subsistência, no entanto fundamental na actividade de exportação — o vinho Madeira —, obrigava-a à acção política. Esta consistia em defender um determinado ordenamento do território insular — pelo menos nas áreas susceptíveis de influenciarem as boas condições ecológicas para a actividade vinhateira —, para garantir essa produção. Dominio político, riqueza económica e prestígio social dependiam deste bem material. O termo desta forma de exercer controlo político sobre toda a Sociedade ocorre em meados dos séculos XIX, altura em que se inicia o lento processo de *viragem ecológica*, já anteriormente mencionado.

Que nos traz o modelo andino ao debatermos questões da Madeira? Na presente comunicação pretendo focar exclusivamente a acção do grupo social minoritário, detentor do poder, comparando-a nas situações respectivas. Assim, e ao contrário das regiões andinas estudadas por J. Murra, a aristocracia madeirense não necessitou de manter ou mesmo de criar uma diversidade ecológica, aproveitando-se, por exemplo, da altitude na ilha da Madeira. Verificou-se o inverso, na medida em que ela se esforçou por desincentivar quaisquer perspectivas de aproveitamento diferenciado das zonas ecológicas, conforme se torna legítimo deduzir do documento em questão. Esta forma de proceder, equivaleu a uma homogeneização de facto da ilha, transformando-a num todo aparente. Uma tal intensão respondia à necessidade de proteger e fomentar a fonte produtora do bem material gerador da sua riqueza. No caso presente não poderemos, portanto, falar de um controlo vertical da diversidade ecológica proporcionada pela Natureza, mas, antes pelo contrário, de um *controlo para uniformização do aproveitamento ecológico*. Por meio deste mecanismo, atenuava-se e esbatia-se a diversidade, favorecendo-se a manutenção de um *status quo*, imprescindível para a perpetuação interna dos factores macro-económicos (exportação de vinho) Esta estratégia servia os mesmos desígnios de hegemonia que encontramos em etnias andinas quando conquistaram territórios e submeteram outras populações.

Em ambos os casos tornam-se perceptíveis os mecanismos instaurados pelo grupo social dominante para gerar e reproduzir a *hegemonia política* necessária ao controlo de outras etnias ou de outros grupos (respectivamente heterogéneas do ponto de vista cultural e linguístico, na área panandina, e a massa camponesa, os chamados colonos, na ilha da Madeira).

Na linha de argumentação desenvolvida afigurou-se-me relevante, realçar o papel preponderante que adquirem as formas de apropriação da Natureza. Partindo duma análise anterior, na qual submeti a tratamento

um conjunto de dados etnográficos, torna-se agora pertinente proceder a um agrupamento de questões mais amplas, com incidência comparativa, de que a articulação entre o factor ecológico e a hegemonia política constitui um exemplo.

JORGE FREITAS BRANCO (\*)

#### BIBLIOGRAFIA CITADA

- BRANCO, Jorge F., 1987 — Camponeses da Madeira. As bases materiais do quotidiano no Arquipélago (1750-1900). Lisboa: D. Quixote (= Portugal de Perto, 13).
- MURRA, John V., 1975 — Formaciones económicas y políticas del mundo andino. Lima: Instituto de Estudios Peruanos (= História Andina, 3).

---

(\*) ISCTE, Lisboa. Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa.